



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 7, DE 2019

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2017, do Senador Jader Barbalho, que Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas

**RELATOR:** Senador Angelo Coronel

15 de Maio de 2019



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2017, do Senador Jader Barbalho, que *altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.*

Relator: Senador **ANGELO CORONEL**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 258, de 2017, de autoria do Senador Jader Barbalho, que altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei*



SF/19353.35131-97



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

*no 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.*

O PLS nº 258, de 2017, foi estruturado em dois artigos.

O primeiro artigo modifica o art. 14 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para autorizar a transferência aos Municípios da gestão dos bens de titularidade da União que especifica.

Já o art. 2º estipula a vigência da Lei a partir da data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 258, de 2017, deve ser declarado prejudicado em razão da recente aprovação da Lei nº 13.813, de 9 de abril de 2019, oriunda da Medida Provisória nº 852, de 31 de 2018.

A Lei nº 13.813, de 2019, promoveu alteração no art. 14 da Lei 13.240, de 2015, com conteúdo equivalente ao proposto pela PLS aqui analisado.

De fato, o PLS nº 258, de 2017, pretende autorizar a transferência aos municípios a gestão das praias marítimas e fluviais urbanas. Essa autorização já foi estabelecida pela Lei nº 13.813, de 2019, que fixou a seguinte redação ao art. 14 da Lei 13.240, de 2015:

É a União autorizada a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos, excetuados: (...)



SF/19353.35131-97



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

Como se vê, a PLS 258, de 2017, está prejudicado, em virtude de ter havido prejulgamento de seu conteúdo pelo Plenário em outra deliberação, consoante prevê o art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

### III – VOTO

Do exposto, votamos pelo encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2017, ao Senhor Presidente do Senado Federal, para que, na forma do art. 334, II, do RISF, seja declarado **prejudicado** em virtude de seu prejulgamento em outra deliberação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19353.35131-97



**Relatório de Registro de Presença**  
**CDR, 15/05/2019 às 09h - 14ª, Extraordinária**  
**Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. EDUARDO GOMES	
DÁRIO BERGER		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
VAGO		3. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. RODRIGO CUNHA	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	3. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	4. JUÍZA SELMA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. LEILA BARROS	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		3. WEVERTON	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	PRESENTE
OMAR AZIZ		2. OTTO ALENCAR	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	1. JORGINHO MELLO	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	2. VAGO	

**Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD  
LUIS CARLOS HEINZE  
JORGE KAJURU  
AROLDE DE OLIVEIRA  
PAULO ROCHA  
PAULO PAIM

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 258/2017)**

EM REUNIÃO, REALIZADA NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

ANEXADO ÀS FLS. 4 E 5, PARECER DA COMISSÃO.

15 de Maio de 2019

Senador IZALCI LUCAS

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e  
Turismo